

## **Resolução nº 17 de 25 de Abril de 2016.**

**Dispõe sobre a Constituição da Comissão Eleitoral no âmbito do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba- COMDEFI para processo eleitoral, vacâncias e inclusão de novos membros a Gestão 2013-2016.**

O Conselho da Pessoa com Deficiência no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis nº 1.892, de 02 de Dezembro de 2010 e Lei nº 2026 de 12 de Junho de 2012, Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012; em especial a Lei nº 2.271, de 01/03/16, em assembléia ordinária realizada em 13 de Abril de 2016,

### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Constituir Comissão Eleitoral, responsável pela operacionalização do processo de escolha dos conselheiros da sociedade civil, que terão assento no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Inclusão de Novos Membros e Vacâncias a Gestão 2013-2016, a saber:

Conselheiros: Odair Restani Valentim – RG nº 22.763.205-9 ;

Elizabeth do Val – RG nº 2007475656

Hilde Lyria – RG nº 3.538.356;

Maiza Aparecida Gaspar Rodrigues – RG nº 17.305.439-0

Luciane Maria Molina – RG nº 29.962.805-X

Danielle Barros Tavares Valentim – RG nº 29.274.139-x

Secretaria Executiva: Rita de Cássia de Moraes Canuto – RG nº 12.902.319X

Parágrafo 1º: A comissão acima mencionada contará com a colaboração dos conselheiros Lídia Marinho Carneiro, RG nº 34.267.924-7 e Beatriz Teixeira Cordeiro, RG nº 23.347.293-9 durante o processo.

Parágrafo 2º - A Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso viabilizará recursos humanos e matérias necessários para realização do certame.

Artigo 2º - Caberá a Comissão Eleitoral:



- a) Dirigir o processo eleitoral, acompanhando o processo de inscrição, votação e apuração, responsabilizando-se pelo bom andamento de todos os trabalhos e resolvendo os eventuais incidentes que venham a ocorrer.
- b) Adotar as providências necessárias para a organização e a realização do pleito;
- c) Analisar e encaminhar ao COMDEFI para homologação as candidaturas;
- d) Receber denúncia contra candidatos, nos casos previstos em lei, adotar procedimentos necessários para apurá-los.
- e) Analisar e julgar eventuais impugnações apresentadas contra mesários, apuradores e a apuração;
- f) Lavrar a ata de votação, anotando todas as ocorrências;
- g) Realizar a apuração dos votos;
- h) Disciplinar procedimento para divulgação das candidaturas e apurar irregularidades e denúncias advindas do descumprimento do regimento;
- i) Publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso, estipulado em edital;

Artigo 4º - Para efetividade de seus trabalhos o COMDEFI requisitará recursos humanos da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, bem como recursos materiais e infraestrutura tecnológica da Secretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação entre outras que prover necessários a realização do pleito.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

**Odair Restani Valentim**  
**Presidente**  
**COMDEFI**